

**“O ESCRUPULOSO ILUMINADOR DA HISTORIA DO BRASIL”:  
OS ENREDOS CRONOLÓGICOS E TEMÁTICOS DA 1ª EDIÇÃO DA *HISTORIA GERAL  
DO BRAZIL*, DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1854/1857)<sup>1</sup>**

**Renilson Rosa RIBEIRO\***

**Resumo:** Este ensaio desenvolve um estudo sobre a construção da ideia de Brasil Colônia fabricada no Brasil Imperial, a partir da análise da primeira edição da *Historia geral do Brazil* (1854/1857), do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) – no contexto de sua atuação junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante processo de produção de uma memória nacional no Segundo Reinado. Neste sentido, procura-se identificar os enredos cronológicos e temáticos forjados por Varnhagen para sua história geral, e atrelá-los à lógica da cultura e da identidade essencializadas e fixas, que buscam delimitar a nação como uma entidade unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade. Entender os mecanismos como os germens e alicerces da nação foram buscados no passado colonial brasileiro constitui o norte da bússola de navegação pelas seções da *Historia geral do Brazil*. Tentar decifrar este discurso, da fabricação da nação como verdade, passa pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio da escrita do visconde de Porto Seguro.

**Palavras-chave:** Historiografia. Narrativa. Nação. Francisco Adolfo de Varnhagen, 1816-1878. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. História do Brasil – século XIX.

**“THE SCRUPULOUS ILLUMINATOR OF BRAZILIAN HISTORY”:  
THE CHRONOLOGICAL AND THEMATIC PLOTS OF THE 1<sup>ST</sup> EDITION OF *THE  
GENERAL HISTORY OF BRAZIL* BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN  
(1854/1857)**

**Abstract:** This paper develops a study on the construction of the idea of colonial Brazil built up during its Imperial era based on the analysis of the first edition of *The General History of Brazil* (1854/1857), by the historian and diplomat Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Examined in the context of his work within the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) during the production process of a national memory of the Second Empire,

---

\* Professor Doutor - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Universitário de Cuiabá - Av. Fernando Correa da Costa, n. 2367, Bairro Boa Esperança, CEP: 78.060-900, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [rrenilson@yahoo.com](mailto:rrenilson@yahoo.com)

attempts will be made to identify the chronological and thematic plots, forged by Varnhagen for his General History. Links will then be proposed to the logic of essentialism and the fixed notion of culture and identity, which seek to define the nation as an unequivocal and hegemonic entity, and furthermore, as a necessity for the future of humanity. Understanding the mechanisms as the seeds and foundations of the nation, the Brazilian colonial past was sought as the north of the compass of navigation through the sections of *The General History of Brazil*. Trying to decipher this discourse – the making of the nation as truth – leads into the search of the relations between power and knowledge that the writings of the Viscount of Porto Seguro established.

**Keywords:** Historiography. Narrative, Nation. Francisco Adolfo de Varnhagen, 1816-1878. Brazilian Institute of History and Geography. History of Brazil - the 19<sup>th</sup> century.

A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da patria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes.

Francisco Adolfo de Varnhagen, *Historia geral do Brazil* [1854].

## 1 “Colligir, methodizar, publicar ou archivar”: O IHGB, Vanhagen e a escrita da História do Brasil<sup>2</sup>

Os artífices do Império brasileiro, especialmente no final do período regencial e ao longo do Segundo Reinado, foram muito hábeis e eloquentes na construção de representações discursivas – escritas e imagéticas – que acabaram por forjar um tipo de memória oficial para a nação. Nessa tarefa de bem elaborar esta memória, por meio de uma costura de retalhos documentais, para dentro e para fora das divisas do país, destacou-se a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, em associação com a Academia Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional, o Arquivo Público do Império, as faculdades de direito e medicina e o Colégio Imperial Pedro II, daria à Monarquia uma nova narrativa histórica, retratada em literatura épica, iconografia grandiosa, artefatos e monumentos, saberes institucionalizados que ministrariam uma pedagogia da nação, um corpo de leis e uma nacionalidade sadia desde os bancos escolares até as faculdades – *locus* de formação das elites (SCHWARCZ, 2003, p. 06-07).

No período, em espaços como o IHGB, enquanto a realeza era glorificada, a escravidão negra africana e a memória dos recentes conflitos regenciais ficariam relegadas a uma espécie de limbo. O passado era construído e celebrado com base na escolha de

imagens e temas que destacavam a existência nos trópicos de uma pátria coroada de belezas naturais paradisíacas e uma trajetória heroica de feitos e conquistas.

Nos salões do grêmio forjava-se a representação de uma colônia que gradativamente aprendia a ser nação, ou seja, uma criança (Brasil) que, aos poucos, ia aprendendo a ser independente de sua mãe (Portugal) para seguir rumo a um futuro promissor nas mãos de uma Monarquia. Esta fidelidade ao monarca seria uma característica muito forte dentro do IHGB, mesmo após a proclamação da República, em 1889 (GUIMARÃES, In: VAINFAS, 2002, p. 380).<sup>3</sup>

Fundado por um grupo de intelectuais e políticos, às 11 horas da manhã do dia 21 de outubro de 1838, na capital imperial, sob o patrocínio da Sociedade da Indústria Nacional (SAIN), o IHGB, conhecido como a “casa da memória nacional”, tinha a missão de “colligir, methodizar, publicar ou archivar” os documentos necessários para a escrita da história do Brasil-nação. Dentro dos seus *Estatutos* havia a previsão também de cuidar das questões relacionadas ao ensino da história, da ramificação do grêmio por todas as províncias do Império e da correspondência com sociedades estrangeiras do gênero (EXTRACTOS, 1839, p. 18).

A criação do IHGB constituiu-se como uma iniciativa do cônego Januário da Cunha Barboza (1780-1846) e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), que assumiram para si a tarefa patriótica de serem os construtores da memória nacional, inspirados no modelo do *Institut Historique de Paris*. Para Manoel Guimarães,

Guardadas as especificidades históricas de cada uma, próprias da natureza da discussão da “questão nacional” em seus respectivos espaços de origem, podemos pensar o Institut Historique de Paris como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história nacional em construção, como a brasileira. (GUIMARÃES, 1988, p. 13).

Intelectuais e políticos de renome na Corte, cujas biografias se confundiam com os fatos da história recente do Estado imperial, aderiram ao projeto. Entre os fundadores do grêmio estavam figuras como José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo (1877-1847), José Clemente Pereira (1787-1854), Candido José Araújo Viana, o marquês de Sapucaí (1793-1875), Francisco Ge de Acaiaba de Montezuma, o visconde de Jequitinhonha (1794-1870), Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o visconde de Sepetiba (1800-1855) entre outros (GUIMARÃES, In: CARVALHO, 2007, p. 93-122; VALE, 2002).

Todos esses nomes, em sua maioria, vinculados ao serviço público imperial, teriam papel determinante nos destinos do IHGB, esboçando as diretrizes que seriam o norte da bússola das atividades desenvolvidas pelo grêmio durante o século XIX (GUIMARÃES, In: VAINFAS, 2002, p. 380; FERNANDES, 2000). Eles iniciaram uma intensa busca e coleta de

documentos sobre o passado brasileiro em arquivos, bibliotecas e cartórios nas províncias e nos países estrangeiros – Portugal, Espanha e Holanda. Além disso, assumiram como compromisso a proposta de elaborar para o Brasil um passado único e coerente ao gosto das necessidades e projetos políticos do seu tempo. Logo, os seus fundadores, construtores do Brasil-Império e herdeiros do Brasil-Colônia, estabeleceram como meta uma memória nacional pautada pelo discurso de continuidade (MATTOS, 2005, p. 08-26).

Na compreensão destes letrados, o Brasil, nascido em 1822 com a proclamação da Independência pelo príncipe regente D. Pedro, seria uma jovem nação, descendente da pátria portuguesa, de quem havia herdado a língua, a cultura, o regime de governo e um representante da dinastia dos Bragança.

Em nome da construção e da consolidação do Império, os membros do IHGB dedicariam suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas da sua Revista. Ela seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação (GUIMARÃES, 1995, p. 459-613).

Escrever história, para esses homens da boa sociedade, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos assim como se achavam preciosidades. Para Lilia Schwarcz, “o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más”, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar (SCHWARCZ, 1993, p. 114).

Por intermédio das mãos dos senhores da memória, no IHGB começou a se conformar uma história que se pretendia única, apesar de marcadamente regional – uma história com os moldes do tempo saquarema; pautada pela utilização parcial e seletiva de fatos e documentos a despeito de sua ilusória neutralidade na seleção (CARVALHO, 2008, p. 551-572).

Sob a proteção e mecenato do imperador, que abrigaria, em 1841, a associação no Paço imperial, o IHGB transformou-se num emblemático espaço de sociabilidade<sup>4</sup>, onde conviviam políticos e letrados, e seria – repetidas vezes – lembrado e celebrado como instituição pioneira na pesquisa histórica no Brasil (GUIMARAES, In: VAINFAS, 2002, p. 381). De acordo com a memória produzida pelos seus consócios em memórias, artigos, entre outros escritos – inclusive nas páginas da sua Revista, não haveria pesquisa histórica no Brasil sem a fundação do grêmio. O Instituto era uma necessidade para a historiografia brasileira pelo seu pioneirismo e pela sua incontestável contribuição acadêmica (RODRIGUES, 1978, p. 37).

Ao refletir sobre a produção historiográfica brasileira entre 1838 e 1931, Francisco Iglésias percebeu que a maioria dos historiadores teve como referência de centro de pesquisa o IHGB, seja auxiliando na tarefa de coleta, seleção e conservação de documentos, seja na produção de trabalhos vinculados ao Instituto ou independentes. Para

ilustrar sua afirmação, ele trouxe referências comentadas sobre a produção de muitos autores que tiveram sua trajetória intelectual ligada ao grêmio, como, por exemplo, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), Antonio Gonçalves Dias (1823-1864), João Francisco Lisboa (1812-1863), Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891), Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912) – o barão do Rio Branco, entre outros (IGLÉSIAS, 2000, p. 94-179).

Na busca obsessiva de uma identidade brasileira, o grêmio adotou um duplo movimento: de um lado seus membros procuraram aqueles elementos que aproximassem o Brasil independente das demais nações civilizadas (europeias), de outro demarcaram as características singulares do país com a finalidade de diferenciá-lo dos conjuntos dos outros povos – a definição da cor local. Em síntese, os letrados do IHGB tentavam desenhar um tipo ideal nacional – o ser brasileiro. Nesta direção, conforme observou Neuma Rodrigues, apareceram como temas de reflexão, por exemplo, as consequências da colonização pelos portugueses e os papéis da miscigenação e do indígena na formação da nação brasileira (RODRIGUES, 2001, p. 16).

Em meio a esta operação historiográfica ganharia destaque a figura do historiador paulista Francisco Adolfo de Varnhagen, conhecido como o visconde de Porto Seguro (1816-1878), posteriormente denominado por certa tradição historiográfica como o “pai da história do Brasil”.<sup>5</sup>

Nascido em São João de Ipanema (Sorocaba), no interior de São Paulo, em 1816, Varnhagen recebeu sua educação em Portugal, onde se formou engenheiro militar em 1834. Ali, o jovem rapaz teve contato com as temáticas da história e da literatura. Fez da Torre do Tombo o templo de suas primeiras pesquisas. Naquele lugar e em outros arquivos, bibliotecas e cartórios na Europa e na América, ao longo de sua vida, faria importantes descobertas como a revelação de fatos até então desconhecidos e a localização e divulgação de documentos inéditos sobre o período colonial.

Em 1840, Varnhagen decidiu regressar para a sua terra natal e pedir o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira junto ao governo imperial. Aqui, em virtude da repercussão dos seus textos e achados documentais, ganhou notoriedade e foi recebido como sócio do IHGB.

Ao descrever a dedicação de Varnhagen como exímio pesquisador de arquivo, o historiador Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) teceu os seguintes comentários em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), no ano de 1903:

Quando, muito novo ainda, eu estudava paleographia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre João Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugalice Monumenta Histórica*, costumava ansioso esquadrihar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-

apagados debaixo da poeira dos séculos, algum documento que na minha prosapia juvenil julgava dever ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, comquanto date de hontem. Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aquelles papeis, se me deparava a marca discreta do lapis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolpho de Varnhagen, Attribuindo o seu nome ilustre á cadeira que a vossa benevolencia aqui me concedeu, escolhendo-o, pois, para meu patrono – mais carecera de um padroeiro, para usar da linguagem tradicional, que tão bem corresponde ao personagem e até ao espirito começo de seculo – celebrando agora sua memória, faço mais do que instinctivamente recorrer a um modelo, traduzo uma saudosa impressão de primeira mocidade, além de prestar uma das mais merecidas homenagens que reclamão os fundadores do nosso patrimonio intelectual. (LIMA, 1908, p. 63-64).

Além de diplomata de carreira, servindo ao Império do Brasil em legações na Europa e na América do Sul, Varnhagen ganharia reconhecimento por atributos como homem das letras, o que lhe renderia prêmios e títulos nobiliárquicos. Assim o definiu o necrológio publicado no *Jornal do Commercio*, de 03 de julho de 1878, quando do seu falecimento:

Morreu o conselheiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, atualmente enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao império-reino da Áustria-Hungria, cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, comendador da Rosa, grão-cruz das imperiais ordens russianas de Santo Estanislau e austríaca da Coroa de Ferro, comendador de número da americana real ordem espanhola de Isabel, a Católica, de número extraordinário da real e distinta ordem espanhola de Carlos III. [...] Seria longo enumerar as obras importantes com que o preclaro paulista illustrou a literatura do Brasil, granjeando o nome imorredouro que o há de perpetuar nos fastos dos que mais trabalharam pelo progresso da pátria, pela compilação das crônicas brasileiras e pelo adiantamento intelectual de seus concidadãos. Historiador, corógrafo, geógrafo, poeta, dramaturgo, biógrafo e matemático, foi sempre Conselheiro Varnhagen considerado por seus estudos de superior quilate e pelo seu acrisolado patriotismo. Na Europa, como diplomata, honrou e representou com dignidade e cortesia a nação brasileira, tornando-se saliente nas questões diplomáticas, ou nas exposições universais que ali se deram. O falecimento de um brasileiro de tal ordem merece condolências da pátria. (FLEURY, 1952, p. 111-112).

A partir de profunda e exaustiva pesquisa documental, Varnhagen escreveu a *Historia geral do Brazil*, sua obra de maior envergadura, publicada em dois tomos respectivamente nos anos de 1854 e 1857 – objeto de análise deste artigo.<sup>6</sup>

## **2 O Brasil “inventado” pelo visconde de Porto Seguro: enredos cronológicos e temáticos da sua história geral<sup>7</sup>**

Ao escrever as 54 seções da sua *Historia geral do Brazil*, num total de mais de mil páginas, cujos conteúdos se intercalavam com base na ordem cronológica dos fatos,

Varnhagen tinha bem claro qual era a sua missão como historiador: traçar as tramas do passado colonial era o caminho para explicar e legitimar as ações do seu tempo presente.

Para Temístocles Cezar, a determinação da origem nacional constituía-se, para a geração de Varnhagen, simultaneamente, um problema teórico e uma aporia. Era um problema teórico porque se precisava das duas questões ao mesmo tempo: quem somos e de onde viemos; uma aporia, pois “uma e outra deslizavam constantemente para o início da cadeia cognitiva que deveria estabelecer as condições e os limites do debate”. Enquanto a questão quem somos era

[...] vazada por polêmicas filosóficas, literárias e pretensamente científicas, que inviabilizam a efetivação de uma proposição definitiva (ou “uma aquisição para sempre”, de acordo com a máxima de Tucídides, modelo de historiador da maior parte desses artesãos da nacionalidade, e mesmo do imperador); a segunda, “de onde viemos”, implicava em procedimentos que justificassem as especulações e mostrassem os caminhos “verdadeiros” da formação do “ser brasileiro”. Em meados do século XIX, parecia difícil aos homens de letras negar a natureza compósita do que viam: uma sociedade efeito da presença e cruzamento do europeu, do africano e do indígena. (CEZAR, 2007, p. 29-31).

Diante destes dilemas, Varnhagen se posicionou em defesa da matriz europeia – a portuguesa – como motor civilizatório no processo de formação do Brasil e na construção interpretativa de uma história geral como uma continuidade da história da metrópole. Nas seções iniciais da primeira edição da *Historia geral do Brazil* este posicionamento fica evidente quando inicia sua narrativa com o tema do descobrimento da América Central e do Brasil, destacando os feitos dos descobridores Cristóvão Colombo (1337/1448-1506) e Pedro Álvares Cabral (1467/1468-c. 1520).

O nascimento do Brasil estava umbilicalmente ligado à sua mãe-pátria portuguesa, à sua metrópole. Os índios, como parte da flora e fauna da nova terra, apareceriam somente na oitava seção. Para o visconde de Porto Seguro, num primeiro momento, a disposição deste enredo cronológico e temático seria a proposta mais correta para se entender a integração do Brasil na história da humanidade (europeia):

A secção 7.<sup>a</sup>, bem como as tres seguintes poderiam passar ao principio da obra sem prejudicar o arranjo total della. Pareceu-nos porem que com o methodo que nesta edição, pelo menos, adoptamos, a ligamos melhor á historia da humanidade em geral, na qual a do nosso paiz há-de um dia vir a figurar. (VARNHAGEN, 1854, nota de fim 44 – 446).

A proposta de Varnhagen se diferenciava, neste ponto, da monografia premiada pelo IHGB sobre como deveria ser escrita a história do Brasil, de autoria do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). O seu plano definia a pesquisa da história da

nação recém-independente em quatro grandes temas: 1) *Idéas gerais sobre a historia do Brasil*; 2) *Os índios (a raça côr de cobre) e sua historia como parte da Historia do Brasil*; 3) *Os portugueses e a sua parte na Historia do Brasil*; 4) *A raça Africana em suas relações para com a historia do Brasil*.<sup>8</sup>

Pela ordem estabelecida por Martius, os índios teriam chegado antes das embarcações portuguesas aportarem nessas terras tropicais:

Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para formação do homem convergido de um modo particular tres raças: a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das ralações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Póde-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circumstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. (MARTIUS, 1844, p. 389-390).

Embora dialogasse com a proposta do naturalista, Varnhagen fez uma opção cronológica em vez de temática para o desenvolvimento da sua narrativa e apresentou os indígenas somente a partir da oitava seção. Num aspecto em particular, dentre outros, Martius e Varnhagen apresentavam uma posição de consenso – era quanto ao papel do português no processo de formação da sociedade brasileira:

Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr a energia, numero e dignidade da sociedade de cada uma d'essas raças. D'isso necessariamente se segue o portuguez, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu n'aquelle desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. [...]

Jámais nos será permitido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica. (MARTIUS, 1844, p. 390-391).

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da patria, e por conseguinte a historia nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captiveiro, impiamente importado,



desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os Índios, e defenda, com o hallucinado P. Las Casas, a resistencia que opposeram e opõem a libertarse da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos Índios; -- a historia da actual nação, -- a historia *geral da civilização* do Brasil, deixaria de ser logica com o seu proprio titulo, desde que aberrasse de symphatisar mais com o elemento principalmente civilizador. (VARNHAGEN, 1857, p. XXV).

Definida sua rota de viagem, tomando Portugal como ponto de partida para a história do Brasil, Varnhagen lançou as velas ao mar para forjar a sua epopeia, fazendo a invocação do passado glorioso da pátria que escolhera para se abrigar. De acordo com Arno Wehling, Varnhagen foi, sem sombra de dúvidas, um coerente lusitanófilo no quadro geral do processo civilizador,

[...] uma vez que a obra portuguesa fora responsável pela extensão territorial do país e pela sua unidade política. As situações e fatos que favoreceriam ou prejudicavam essas características – as quais viabilizariam o Brasil independente do século XIX – foram devidamente avaliados e apresentados quando da narração dos acontecimentos. (WEHLING, 1999, p. 187).

Escrever a história do Império do Brasil era imortalizar o reinado de seu soberano D. Pedro II, a quem dedicou sua *Historia geral do Brazil*. Ele cumpria, por este raciocínio, a missão do IHGB e do Império, ou seja, de “fomentar o estudo da Patria Historia, tão importante ao esplendor da Nação, à instrução comum e ao bom governo do paiz” (VARNHAGEN, 1854, dedicatória).

Sob o majestoso manto do Imperador, Varnhagen desejava encontrar a proteção e o reconhecimento da “casa da memória nacional”, bem como do Estado imperial do qual fazia parte como diplomata:

O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTORIA GERAL DO BRAZIL, votada áquella associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija pois reverentemente com o mais espontaneo fervor a Mão do Sabio Imperante, que protegeu tambem esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor della com Regia Munificencia.

SENHOR! Ao alistar-me em último logar entre os chronistas da Terra de Santa Cruz, afanei-me por estremar patrioticamente os factos mais importantes, e por os referir com a maior imparcialidade; e a tal respeito a voz da consciencia não me accusa mínimo escrupulo. E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apesar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvaneco-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para ele. (VARNHAGEN, 1854, dedicatória).

Antes de apresentar os eixos conceituais presentes nos enredos temáticos da *Historia geral do Brazil*, a dedicatória de Varnhagen carece de algumas ponderações acerca das marcas do tempo saquarema na sua construção.

Primeiro ponto: o historiador sorocabano apresentou a sua obra máxima dentro da cronologia do Brasil após as turbulências do período regencial, responsável pela fragilidade do Império nascente. A *Historia geral do Brazil* seria o fruto dos anos de estabilidade e paz promovidos pelo reinado de D. Pedro II, assim como o discurso ordenador que estabeleceria a marcha linear temporal desde a época colonial até aquele momento tido como sublime da história da nação. Havia, de imediato, um comprometimento da ordenação do passado com o próprio tempo do historiador, o da sua experiência vivida e compartilhada.

Segundo ponto: por ser um dos instrumentos ordenadores do tempo e da ordem, a *Historia geral do Brazil*, como definidora das origens e da instituição da sociedade, apresentava o compromisso de relatar seu desenvolvimento como uma possibilidade de conservação ou transformação. Ela seria conservação na medida em que pregava a continuidade da herança portuguesa (a metrópole) no presente da nação brasileira (antiga colônia), manifesta na própria sucessão do trono; transformação a partir do momento que rompia com as fissuras latentes dos tempos das rebeliões regenciais.

Para Varnhagen, as turbulências dos farrapos e cabanos, a semelhança dos movimentos de emancipação dos mineiros, baianos e pernambucanos que ocorreram nas vésperas da independência, só poderiam constituir narrativas de períodos de crise, sujeitas à censura, ao silêncio ou ao esquecimento. Estes movimentos de fragmentação eram interpretados pela lógica do tempo saquarema, do qual o visconde de Porto Seguro apresentava posições próximas em relação ao seu projeto, como um entrave à ordem e à centralização do Estado imperial.

Segundo Ilmar de Mattos, para os saquaremas a preservação da ordem e a difusão de uma civilização emergiam como objetivos fundamentais:

[...] eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e possibilitavam a constituição de uma classe. Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os requisitos que asseguravam a ordem e difundiam a civilização. (MATTOS, 1989, p. 166).

Nesse contexto, a manutenção de uma ordem para os saquaremas não significava apenas prevenir ou conter os diferentes crimes, reprimir os levantes urbanos, silenciar as lutas pela posse da terra, combater as revoltas escravas ou destruir quilombos, mas também “conhecer a população do Império, sua distribuição e ocupação, vigiando aqueles que eram sempre vistos como vadios e desordeiros” (MATTOS, 1989, p. 166).<sup>9</sup>

Por esta razão, a escrita da sua história geral só seria possível à luz das benesses do reinado de D. Pedro II – pelo estabelecimento da ordem e do poder centralizador, elementos fundamentais para o processo civilizatório brasileiro. Na dedicatória, Varnhagen evidencia tal interpretação quando formulou que na narrativa do passado colonial encontraria as bases para a explicação do presente, da verdade do Segundo Reinado, pois para o mais humilde e leal súdito o Império era uma realidade inquestionável e inevitável. O futuro da nação coroada estava definido pelo seu passado e presente.<sup>10</sup>

Essas considerações, baseadas na dedicatória à figura de D. Pedro II na *Historia geral do Brazil*, permitem traçar com maior clareza os contornos da arquitetura cronológica e a temática da sua narrativa, amparados nas articulações entre os conceitos fixos e essencializantes de cultura e identidade.<sup>11</sup>

Traçar os enredos da escrita da história nacional, forjada pela pena de Varnhagen, nesse exercício desconstrucionista, admite que se reconheçam os significados políticos presentes na forma como são inventadas as tradições e se invoca o passado. Segundo Stuart Hall, o passado continua a falar com o mundo contemporâneo, mas já não o faz como um mero passado factual que se dirige aos leitores nos manuais e compêndios, pois a relação com ele, como a de um filho com a sua mãe, é sempre depois da separação. O passado, embora encoberto pelo discurso da imparcialidade e da verdade, como defendeu Varnhagen na sua dedicatória ao monarca,

[...] é construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação e sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política de identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa 'lei de origem' sem problemas, transcendental. (HALL, 1996, p. 70).

Com base nesta afirmação, pode-se deduzir que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente como se configurou nas páginas da *Historia geral do Brazil*, bem como em outras obras dos intérpretes do Brasil ao longo da primeira metade do século XX, seria uma fantasia ou invenção discursiva. Embora acreditasse que estivesse realmente descrevendo o passado nacional, como de fato aconteceu, Varnhagen estava inventando-o, discursivamente, com base no arranjo das fontes e na concepção almejada de história e de nação.<sup>12</sup>

O visconde de Porto Seguro, como um indivíduo da modernidade, em pleno “Século da História”, acreditava no ideal nacional. Não conseguia conceber o mundo sem o Estado-nação. Sem este sentimento de identificação nacional, assim como seus contemporâneos,

vivenciaria um profundo sentimento de perda subjetiva – de deslocamento.<sup>13</sup> Era um sujeito essencialmente territorializado, marcado pela sina da quimera da origem e da tradição.

Essas marcas podem ser vislumbradas no seu apego às tradições aristocráticas, entendidas pelo historiador sorocabano como a base para a consolidação de uma nação:

Entretanto por mais que correm os seculos, não ha paiz, embora blazone de mui republicano, que não aprecie sua aristocracia; isto é a nobreza hereditaria; -- sendo que a tradição das famílias vem com o andar do tempo a constituir a historia da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos individuos que lhe deram illustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas reliquias; e não só o cadaver, como a espada do heroe que morreu pela independencia da patria; a penna do escriptor que a illustrou pelas letras; o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. A além de quê, a experiencia prova que as aristocracias, sustentáculos dos thronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tyranicos e intolerantes das democracias. (VARNHAGEN, 1954, p. 79-80).

Afirmações como estas, ao longo da *Historia geral do Brazil* e também em outros escritos do autor, têm apontado para o fato de que a consolidação estatal da nação era a sua obsessão. O Estado-nação era prioridade e o povo assumiria papel secundário em sua narrativa:

O Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen. Tudo o mais – representação, funções estatais, relações internacionais, formas de governo – cede o passo ao objetivo maior de um *Estado regenerador*. Tudo o que destoa deste padrão unitário, ou que o ameaça, é condenado: os indígenas que, no interior, não se submetem à lei do Estado; o tráfico, porque introduz uma população estranha à comunidade luso-brasileira (a condenação não se faz em nome de direitos civis, filantropia ou do protagonismo dos economistas); o poder político da grande propriedade, aqueles a que se referia como os “mandões” do interior, porque diluíam a autoridade central; a liberdade da Igreja, porque comprometia o regalismo. (WEHLING, 1999, p. 91).

Na análise da justificativa de sua *Historia geral do Brazil*, bem como da própria narrativa, pode-se identificar indícios de uma história jupiteriana, ou seja, uma história da soberania, uma narrativa que se desenvolveria na dimensão e na função da soberania. Segundo Michel Foucault,

O discurso histórico, o discurso dos historiadores, essa prática que consiste em narrar a história permaneceu por muito tempo o que ela era de certo na Antiguidade e o que era ainda na Idade Média: ela permaneceu por muito tempo aparentada com os rituais de poder. Parece-me que se pode compreender o discurso do historiador como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder

e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder. Parece-me também que a função tradicional da história, desde os primeiros analistas romanos até tarde na Idade Média, e talvez no século XVII e mais tardiamente ainda, foi a de expressar o direito do poder e de intensificar seu brilho. Duplo papel: de uma parte, ao narrar a história, a história dos reis, dos poderosos, dos soberanos e de suas vitórias (ou, eventualmente, de suas derrotas provisórias), trata-se de vincular juridicamente os homens ao poder mediante a continuidade da lei, que se faz aparecer no interior desse poder e em seu funcionamento; de vincular, pois, juridicamente os homens à continuidade do poder e mediante a continuidade do poder. De outra parte, trata-se também de fasciná-lo pela intensidade, apenas suportável, da glória, de seus exemplos e de suas façanhas. (FOUCAULT, 1999, p. 76-77)

O reconhecimento desta tradição de escrita da história em Varnhagen, que remontaria aos pensadores romanos, pode ser vislumbrado na presença de recursos retóricos na sua construção discursiva da história da nação.

Neste sentido, na memória *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*<sup>4</sup>, destinada ao Imperador, em 18 de julho de 1852, Varnhagen apresentou de forma sistemática os pressupostos que deveriam orientar a escritura da sua *Historia geral do Brazil* e, além disso, defendeu alguns atributos necessários ao historiador no exercício do seu fazer:

Eis uma questão, d'alta transcendência, preliminar á nossa História, e que desejáramos ver tratada sem prevenções, e discutida e esclarecida com o animo tão tranqüilo e despreocupado, como temos ao inspirar-nos as idéias que passaremos a transcrever, depois assentarmos bem quaes sejam reconhecidamente os dotes necessários ao historiador.

No seculo actual ninguem poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no assumpto, philosophico, litterato, e até diremos ás vezes, poeta. (VARNHAGEN, 1948, p. 229).

Ao analisar a identidade do historiador como filósofo sob a perspectiva varnhageniana, Laura Nogueira Oliveira mostraria a influência dos pensadores da Antiguidade na concepção de história de Varnhagen. Como historiador-filósofo, ele defenderia que se buscasse “no passado as ações dignas de serem louvadas e eternizadas; ao mesmo tempo, a história castigaria os maus, eternizando a sua desonra” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Neste sentido, a história seria a *mestra da vida* por oferecer lições de virtude e incentivar sua imitação e emulação. Em suas cartas, memórias, prefácios e livros, Varnhagen reforçava a ideia da história como luz, pois, “ao iluminar o passado e clarear o caminho percorrido pelos homens, era capaz de apontar rumos e guiar os homens no presente” (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

Por acreditar nesta concepção de história, Varnhagen esperava que sua *Historia geral do Brazil* fosse útil, não somente para os da sua época, mas também para a

preservação da memória do legado da monarquia brasileira – da história dos reis, da soberania, como diria Michel Foucault, e do legado de seu ofício como historiador para a posteridade.

Para se compreender as representações da formação da nacionalidade brasileira, produzidas por Varnhagen na sua *Historia geral do Brazil*, é necessário perseguir a seguinte questão apresentada por Stuart Hall, com base nas afirmações de Homi Bhabha: Como é contada a narrativa da nação ou da cultura nacional?<sup>15</sup>

Diante das possíveis respostas a esta pergunta-problema, observou-se a presença de cinco elementos principais constituidores da narrativa da nação ou da cultura nacional eleitas por Stuart Hall na escrita varnhageniana da história do Brasil: 1) origens; 2) povo; 3) mito fundacional; 4) continuidades e 5) invenção da tradição (HALL, 2006, p. 52-56).

Ao longo da sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen definiu cada um destes pilares de sustentação da narrativa da nação. Quanto à questão das origens, o visconde de Porto Seguro defendeu que a história do Brasil era a narrativa da conquista do território e de sua colonização pelo português. As raízes da futura nação, como já foi destacado, estavam na sua vinculação maternal com o Império Português. A história do Brasil teria seu começo em terras lusitanas, do outro lado do Atlântico. A pátria dos grandes navegadores seria a responsável pela integração do Brasil na rota da grande história, livre da barbárie e do isolamento.

O Brasil de Varnhagen, como observou Lucia Guimarães, era percebido como uma criação do Império ultramarino português, desde o desembarque da esquadra de Pedro Álvares Cabral até a emancipação da condição de colônia, em virtude da transmigração da família real em 1808 e o fim do monopólio comercial. Por esta razão, ele dedicaria as duas primeiras seções do tomo I da sua *Historia geral do Brazil* ao tema dos descobrimentos (GUIMARÃES, In: MOTTA, 2002, p. 80).

Em relação ao povo, a narrativa varnhageniana elegeu o elemento português como a personagem principal no processo de formação da nacionalidade do Brasil imperial. Enquanto este era consagrado como descobridor, colonizador e senhor nas páginas da *Historia geral do Brazil*, índios e negros sofreram um processo de apagamento ou secundarização. Nesta trama, eles seriam meros coadjuvantes, quando não um empecilho, um elemento de desordem ou desagregador, na obra colonial.

No quadro classificatório das personalidades históricas presentes na sua *Historia geral do Brazil*, Arno Wehling elaborou duas entradas: de um lado os homens brancos, cristãos, estadistas e lusófilos portadores de qualificativos positivos, de outro, os elementos indígenas, africanos, estrangeiros e não-lusófilos, enfim, os outros – rotulados por marcas negativas (WEHLING, 1994, p. 174-175).

Por intermédio de uma escala de qualificativos, estabelecia quem era quem nos enredos da formação da sociedade brasileira. A régua de medida de Varnhagen era pautada pelo posicionamento que cada um assumia em relação à colonização portuguesa no Brasil. Sujeitos virtuosos ou não, todos habitavam o universo da sua obra. Indígenas, negros e estrangeiros, anotados pelo visconde de Porto Seguro como detentores de atributos negativos, apresentavam esse julgamento porque eram contrários ao mundo civilizado branco, cristão (católico) e europeu. Eles seriam uma ameaça à viabilidade da colonização, processo necessário para a emergência da nação independente. Anunciá-los, ainda que de forma marginal, na sua narrativa era uma forma de ressaltar a grandiosidade dos desafios enfrentados pelos colonizadores vitoriosos.

Na escritura da sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen elegeu como um dos principais mitos fundacionais da nacionalidade brasileira os eventos ocorridos no Nordeste da primeira metade do século XVII, quando da chamada invasão holandesa. Em sua narrativa, os olhos do império estavam sempre voltados para os perigos internos e externos que poderiam contaminar a unidade nata da colônia – planta da futura nação. Além das ameaças dos outros internos, representados pelos índios e, depois, pelos os africanos, havia os estrangeiros – ingleses, franceses, holandeses entre outros – que sempre rondavam as costas do Brasil desejando arrebatam as conquistas da Coroa portuguesa nas Américas. Ao longo das seções do livro-monumento, Varnhagen sempre lembrava seus leitores das dificuldades dos colonizadores em defender o território da ameaça fragmentária da presença dos invasores estrangeiros.

A história do Brasil, na sua leitura, seria a permanente guerra pela conquista e domínio do território e de suas gentes. O mal parecia cercar a colônia de todos os lados, sempre testando a soberania portuguesa – os inimigos surgiam das brenhas ou eram trazidos pelo oceano.

O episódio dos holandeses no Brasil seria o momento do *turning point* da sua narrativa. Ele era o sinal da queda da colônia, depois de uma origem retumbante com os descobrimentos, mas também constituía o momento da restauração, da constituição do sentimento de pertencimento a terra pelos seus habitantes, fracionados em etnias e classes. Ali estava o mito fundador ideal para a restituição da colônia, preparando-a para um futuro de glórias. As seções dedicadas à presença holandesa no Brasil eram tomadas de monumentalidades, seja na descrição da decadência dos colonos, seja no relato do avanço das tropas inimigas estrangeiras, seja na observação do clima de desordem daqueles tempos, seja na narrativa da resistência e vitória dos brasileiros.

Ao entender o passado colonial como o lugar de nascimento da nação brasileira, o visconde de Porto Seguro reordenou os seus enredos e sujeitos valendo-se da lógica de que a independência seria um fim preestabelecido. O desfecho da história já era conhecido

muito antes do início da escrita da trama. A nação era a verdade esperada e projetada pela sua narrativa. Não haveria quebras ou descontinuidades na linha interpretativa e temporal da *Historia geral do Brazil*. O processo de independência não era necessariamente um acidente de percurso, mas uma passagem ou uma ponte que ligava o passado (colônia) com o presente (nação) do Brasil. O passado colonial devia estar no presente nacional. Em nome deste princípio, desta essência, Varnhagen inventou uma narrativa *continuum* para a história do Brasil.

Neste sentido, 1822 seria o momento da árvore da nação de Varnhagen florescer e dar seus frutos. O historiador sorocabano, sem fugir aos preceitos do IHGB, elegeria aquela data como a melhor época para fazer a colheita, depois de 322 anos de espera e preparação. Em outras palavras, o filho (D. Pedro ou a colônia) estava preparado para se emancipar do pai (D. João VI ou a metrópole).

Na sua leitura, a obra colonial estava completa e a nação emergia, saía do casulo. Era um nascimento que trazia no seu corpo, sangue e espírito o legado de uma paternidade – a origem portuguesa. O estabelecimento de uma monarquia constitucional nos trópicos, governada por um herdeiro natural da casa dos Bragança, confirmava o discurso da continuidade – da construção do Brasil como um legado da Coroa portuguesa, de um processo iniciado pelo monarca pai D. João VI (1767-1826) e concretizado pelo regente filho D. Pedro (1798-1834), o primeiro Imperador do Brasil.

Na construção dos enredos cronológicos e temáticos da sua *Historia geral do Brazil*, buscando definir as origens, o povo, o mito fundacional e os pontos de continuidade, Varnhagen inventou uma tradição narrativa e interpretativa para se compreender o Brasil como nação. Esta tradição, como toda aquela que se propõe ser sintética e totalizadora, desenhava uma cultura nacional que iria além do simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela significava o estabelecimento daquilo que Stuart Hall definiu como uma estrutura de poder cultural, pautada pelos instrumentos da violência física e simbólica, de unificação das classes sociais e diferentes grupos étnicos e de hegemonia cultural ou colonização (HALL, 2006, p. 59-61).

A guerra, em suas diferentes formas, era o meio de se construir a narrativa nacional presente na escrita varnhageniana. A história do Brasil era a luta pelo estabelecimento da ordem e da civilização europeia na América portuguesa. Assim como no seu presente, se firmava uma luta para a legitimação do Império no território herdado do passado colonial. E nestas batalhas, pelo seu discurso providencialista, a civilização haveria de vencer, soterrando as diferenças para se forjar identidade e lealdade.

Com base nestes enredos temáticos da narrativa da nação, o visconde de Porto Seguro escreveu a sua *Historia geral do Brazil*, tendo em vista o projeto do IHGB e do Império de construção do passado desejado, aquele que forjasse os sentimentos de



lealdade, unidade e identificação simbólica. O Brasil Colônia como lugar do discurso representaria o cenário ideal para a elaboração de uma nova experiência do tempo.<sup>16</sup>

Esse era o desafio-limite da geração saquarema, escrever uma história que organizasse o tempo da nação a partir do evento da Independência, seja como ruptura, seja como continuidade. Era a sina dos homens do tempo de Varnhagen, como afirmou Januário Barboza, “erguer à glória um monumento que lhe faltava”, e do qual emanaria elevada honra aos que reunidos no IHGB oferecessem “às vistas da nação como opífices do majestoso edifício da nossa história” (BARBOSA, 1839, p. 15).<sup>17</sup>

No encerramento da primeira seção da sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen arrogava para si a missão patriótica de elevação da obra-monumento, uma nova certidão de nascimento para o Brasil, nação-filha da mãe-pátria Portugal:

De mui tenros annos levantámos a essa ardua tarefa nosso pensamento, desejosos de prestar este serviço ao paiz em que nascemos. Começamos por colligir notas e documentos; trabalho ímprobo que nos consumiu muitos annos; mas que era indispensavel para se apurar a verdade em muitos factos, desconhecidos uns, outros transtornados ou offuscados pelo tempo. A’ medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontravamos novos materiais para o projectado edificio, cobravamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edificio reclamava de dia para dia mais habil architecto; pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensavel condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiaes, e sobretudo ligal-os com não inadequado cimento. Ao antigo projecto cheio de fé e de esperanças, como todos os projectos da mocidade, seguia-se o desanimo e o abandono de tudo, quando impulso mais poderoso veiu suster nossas locubrações. (VARNHAGEN, 1854, p. 10-11).

Ao tomar como referência esta transformação da experiência do tempo a partir do evento de 7 de setembro de 1822, Varnhagen inventou a sua história geral para o Brasil. Ele coligiu e organizou os fragmentos documentais do passado produzindo uma narrativa da nação que explicasse, ou melhor, tornasse uma verdade seu presente: a de um Brasil independente, governado por uma Monarquia Constitucional, sob o reinado de D. Pedro II, herdeiro legítimo do trono por parte da casa dos Bragança.

Para legitimar uma identidade nacional unificada e centralizada, tendo ponto irradiador do poder e da civilização o Rio de Janeiro, adotou na construção da sua *Historia geral do Brazil* três elementos que, segundo Ernest Renan (1823-1892), em seu famoso ensaio sobre o tema de 1882, constituiriam o princípio espiritual da unidade da nação: 1) a possessão em comum de um rico legado de lembranças; 2) o desejo de viver em conjunto; e 3) a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos (RENAN, 2006, p. 18).

Neste sentido, ele transformou os fatos do passado – a herança da colonização portuguesa na América –, forjou uma narrativa de conjunto que vislumbrasse neste lugar do tempo a origem da nação e fez desta uma linha de continuidade entre a colônia e o império. A força desta herança iria, pela lógica do seu discurso, legitimar o tempo saquarema. Ao buscar desde os remotos tempos coloniais, o desejo pela ordem, unidade e centralização, confirmava as pretensões políticas de um governo que se instituía no Segundo Reinado.

Na exaltação das memórias do passado, no desejo por uma vida em conjunto e na perpetuação da herança estavam a base constitutiva da comunidade imaginada denominada Brasil Imperial. Este era um processo em permanente escrita, invenção e embates de narrativas. Varnhagen tinha consciência disso, mesmo sabendo da força da sua obra, e não poucas vezes refez os caminhos da escrita e reescrita da sua *Historia geral do Brazil*, bem como na produção de outros escritos como a *Historia das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654* (1872) e a *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas províncias até essa data* (1917).

### **3 *Historia geral do Brazil: Para além da ideia de legado ou maldição***

Não se buscou neste ensaio sobre os enredos cronológicos e temáticos da *Historia geral do Brazil* a definição da verdadeira identidade do Brasil e do ser brasileiro pela sua celebração ou contestação. Não se desejou vislumbrar a identidade autêntica da nação nas entrelinhas da obra-monumento do visconde de Porto Seguro. Denunciar os estereótipos e preconceitos presentes em suas páginas seria limitar o debate ao campo do jogo das identidades, reafirmando rótulos e juízos de valores consagrados pela chamada história das ideias no Brasil sobre o historiador sorocabano.

As tramas desta análise procuraram atrelar os enredos cronológicos e temáticos, forjados por Varnhagen para sua história geral, à lógica da cultura e da identidade essencializadas e fixas, que buscam delimitar a nação como uma entidade unívoca e hegemônica e, mais ainda, como uma necessidade para o futuro da humanidade. Entender os mecanismos como os germens e alicerces da nação foram buscados no passado colonial brasileiro constituiu o norte da bússola da navegação pelas seções da *Historia geral do Brazil*. Tentar decifrar este discurso, da fabricação da nação como verdade, passou pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio da pena do visconde de Porto Seguro.<sup>18</sup>

Na esteira do que propôs Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o que se desejou estudar foi como se constituiu “um arquivo de imagens e enunciados”, um acervo de fontes

de verdades sobre o Brasil do tempo de Varnhagen a partir da evocação, ou melhor, invenção discursiva do seu passado colonial (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 22).

Em síntese, fez-se a história da emergência de um objeto de saber – de um tempo e de um espaço de poder: o passado colonial brasileiro. O passado definiria o campo de atuação de um saber – a história; o colonial marcaria uma temporalidade; e o adjetivo brasileiro desenharia um território – o corpo da nação. Na confluência destes elementos o povo e seus feitos entrariam em cena na trajetória linear rumo à nação independente, aquela do presente do seu artífice.

Recebido em 28/8/2011

Aprovado em 1/11/2011

## NOTAS

<sup>1</sup> Este texto é uma parte modificada do terceiro capítulo da pesquisa de doutoramento do autor intitulada “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império, defendida em agosto de 2009, sob a orientação do professor doutor Paulo Celso Miceli, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>2</sup> O IHGB, a sua Revista e seus historiadores têm sido objeto de estudo de historiadores como Manoel Luis Salgado Guimarães, Arno Wehling e Lúcia Maria Paschoal Guimarães e, amparados nos seus trabalhos publicados em livros e periódicos, temos desenvolvido nossa abordagem do tema à luz dos escritos de Varnhagen (GUIMARÃES, 1988, p. 05-27; GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Edições ANPUH, 2011; WEHLING, 1994, GUIMARÃES, 1995, p. 459-613). Esses autores são pesquisadores de importância para se pesquisar a história do IHGB no Brasil, sendo leitura obrigatória para os que se propõem estudar o assunto. Outras referências bibliográficas serão indicadas ao longo deste artigo.

<sup>3</sup> Para uma análise sobre a atuação e a produção historiográfica do IHGB no período republicano, conferir as pesquisas de HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007 e GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

<sup>4</sup> Os membros do IHGB faziam parte de um espaço de sociabilidade formal. Segundo Marco Morel, as sociabilidades formais eram aquelas que ocorriam em associações, ou seja, estabeleciam-se “institucionalmente de alguma maneira”. Além disso, o seu caráter era multifuncional, cumprindo “simultaneamente várias funções sociais como a pedagógica, a política e a cultural”. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 221.

<sup>5</sup> De acordo com nossa pesquisa de doutoramento, nos textos biográficos produzidos sobre a vida e a obra de Varnhagen entre 1878 e 1978 encontramos, por exemplo, adjetivações como “O escrupuloso iluminador da história do Brasil”, “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”, “Um exemplar precioso [...] da raça, do meio e do momento”, “O operoso iniciador da Historiografia brasileira”, “[...] grande exemplo a seguir e a venerar”, “[...] um trabalhador formidável, de operosidade ainda não excedida por nenhum brasileiro”, “Pai da História do Brasil” entre outros – afirmações que, a partir da ótica do IHGB, construíram e legitimaram o seu lugar na trajetória da historiografia brasileira como um marco fundador. Ao salientar a força da herança de Varnhagen, os seus sócios

também faziam uma defesa da memória e do pioneirismo da agremiação. Com este intuito, essas narrativas procuraram estabelecer um sentido, uma lógica, uma consistência e uma constância por meio do estabelecimento de relações, colhendo fragmentos para o desenho de um retrato do morto Varnhagen, o historiador-monumento. Ele não mais se configuraria como sujeito, mas sim objeto dos discursos que o fabricaram. Varnhagen passa a ser uma invenção, o discurso de uma causa, de um projeto, dos poderes instituídos. RIBEIRO, Renilson Rosa. *“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. 2009. Tese (Doutorado em História em Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 33-34).

<sup>6</sup> Em relação à trajetória intelectual de Varnhagen e a questão da escrita da história no século XIX, conferir os seguintes estudos: WEHLING, 1999; SILVA, Taise Tatiana Quadros da. *A Escrita da Tradição: a invenção historiográfica na obra História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; CÉZAR, T. Varnhagen in movement: a brief anthology of an existence. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 03, p. 01-27, 2007; OLIVEIRA, 2007; RIBEIRO, Renilson Rosa. *“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. 2009. Tese (Doutorado em História em Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009; GUIMARÃES, 2011.

<sup>7</sup> Quanto ao papel do historiador no processo de fabricação do saber histórico, Michel de Certeau constitui-se em importante leitura para se refletir sobre a relação entre as práticas e os discursos. Para ele, a história era uma prática científica, produtora de conhecimento, cujos modelos dependiam das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impunham o lugar social e a instituição de saber onde era exercitada, ou ainda, das regras que necessariamente orientavam sua escritura. DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Em outras palavras, na sua análise, a história era um discurso que colocava em ação construções, composições, figuras que eram aquelas de toda forma de escrita narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produzia um corpo de enunciados ditos científicos, se isso for entendido “como a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações proporcionais à produção de objetos determinados” DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 64. Na esteira das formulações do autor d’*A escrita da história*, adota-se a noção de invenção como ferramenta analítica para este ensaio.

<sup>8</sup> Para saber sobre a proposta de Martius e sua trajetória intelectual, conferir KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

<sup>9</sup> Em relação ao projeto saquarema durante o Segundo Reinado, conferir MATTOS, 2004.

<sup>10</sup> Numa articulação semelhante à elaborada até aqui, Arno Wehling observou que no diagnóstico do visconde de Porto Seguro, assim como dos letrados reunidos no IHGB, nos anos 1840 e 1850, “parecia evidente que a consciência nacional não era algo solidamente estabelecido. A secessão provincial nas regências, o afastamento geográfico, a existência de indígenas e escravos eram fatores intranquilizadores para este ponto de vista. Cabia, assim, à intelectualidade promover, por meio dos estudos históricos, o desenvolvimento desta consciência, tornando-se um acelerador da história” (WEHLING, 1999, p. 112).

<sup>11</sup> De acordo com Paul Gilroy, ao se considerar o poder das raízes e do enraizamento como base da identidade, deparava-se “com invocações de organicidade que forjaram uma conexão incômoda entre os domínios conflitantes da natureza e da cultura. Elas fizeram com que a nação e a cidadania parecessem ser fenômenos naturais em vez de sociais – como que expressões espontâneas de uma distinção palpável numa harmonia interna profunda entre o povo e seus lugares de moradia” GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007, p.154.

<sup>12</sup> Para Stuart Hall, as culturas nacionais no mundo moderno se constituíram em uma das fontes primordiais da identidade cultural. As identidades não estariam inscritas nos genes, embora se pensasse que se fossem parte da natureza essencial (HALL, 2006, p. 47).

<sup>13</sup> Ao abordar esta obsessão pela identidade nacional por parte da modernidade, Ernest Gellner teceu as seguintes considerações: “A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mais que isso viesse a

parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal". GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p.06.

<sup>14</sup> Esta memória, encaminhada por carta a D. Pedro II, naquele mesmo ano foi lida na Academia de História de Madrid e foi publicada apenas em 1948, no *Anuário do Museu Imperial* (VARNHAGEN, 1948, p. 229-236). Para uma análise detalhada desta memória com os demais escritos de Varnhagen, conferir Oliveira (2007), capítulos I, II e III. Posteriormente, este texto seria remodelado e acrescentado no tomo II da primeira edição da *História geral do Brasil*, sob o título "Discurso preliminar – Os índios perante a nacionalidade brasileira". Para Vânia Moreira, além das questões da escrita historiadora, Varnhagen retomou neste artigo "sua concepção sobre os índios, apresentando-os como indivíduos selvagens, sem história e capazes de perfectibilidade apenas quando induzidos extremamente pelo uso da força. E, por meio desses argumentos, defendeu o ponto de vista de que os índios não eram cidadãos do Império e tampouco brasileiros" MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, n. 59, p. 53-72, 2010, p. 60-61.

<sup>15</sup> Para Homi Bhabha, "as nações tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente" (BHABHA, 1990, p. 01).

<sup>16</sup> Para Valdeci Lopes de Araujo, a experiência do tempo não foi sempre a mesma, cada época forjou modos peculiares de relacionamento com essa dimensão central da existência humana. A formação do conceito moderno de história no Brasil teve seu começo a partir do processo geral de historicização da realidade que havia eclodido com os eventos que culminaram na Independência política em 1822: "A Independência do Brasil enquanto Império separado do Reino de Portugal – e sua constituição como Estado nacional moderno – representou o desafio-limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro. A constituição de um novo corpo político exigiu operações conceituais que dimensionassem o tipo de relacionamento com o tempo que a criação de uma individualidade histórica requeria" ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

<sup>17</sup> Cabe lembrar que "a aceleração do tempo e a consciência do tempo presente têm como consequência direta uma aguda percepção da finitude, seja individual, geracional ou coletiva. Essa percepção explicaria a obsessão pelas ruínas e pelos monumentos do passado como um dos efeitos dessa consciência da finitude. Por isso, ao lado das demandas por sentido e direção, de maneira complementar, a preocupação com a história também assumia a função de registro monumental do presente, ou seja, de memória. O projeto da História Geral do Brasil, tal como debatido no IHGB, culminava estas duas demandas: sentido e monumentalização" ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

<sup>18</sup> De acordo com Michel Foucault, a vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, presente na ordem dos discursos, "apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 17-18.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. 340p.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 09-17, 1839.

BHABHA, Homi (Org.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990. 333p.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.

EXTRACTOS dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 18-20, 1939.

FERNANDES, Paula Porta S. *Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 259p.

FLEURY, Renato Sêneca. *Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, "Paulista de Sorocaba"*. Ensaio Bibliográfico (...). São Paulo: Melhoramentos, 1952.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

\_\_\_\_\_. Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil. In: MOTTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002, p. 75-96.

\_\_\_\_\_. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-287.

\_\_\_\_\_. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 380-381.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 05-27, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006. 102 p.

\_\_\_\_\_. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, IPEA, 2000. 251 p.

LIMA, Manoel de Oliveira. Francisco Adolpho Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. XIII, p. 61-91, 1908.

MARTIUS, Karl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo VI, p. 389-390, 1844.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 02, n. 04, p. 163-171, 1989.

---

\_\_\_\_\_. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da união política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 01, p. 08-26, maio 2005.

\_\_\_\_\_. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 311 p.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. 293 p.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? *Revista Aulas*, Dossiê Gênero, Subjetividades e Cultura Material, Campinas, vol. 01, n. 01, p. 01-21, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 306 p.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “*O amor da pátria, o amor das letras*”: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2001. 155 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 06-29, jun./ago. 2003.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

VALE, Renata William S. do. *Lições de História: as concepções de história dos fundadores do IHGB*. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (1852). *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, vol. 09, p. 229-236, 1948.

\_\_\_\_\_. *Historia geral Brazil*. tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. 496 p.

\_\_\_\_\_. *Historia geral Brazil*. tomo II. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1857. 464 p.

WEHLING, Arno. A invenção da história: estudos sobre o estoicismo. Niterói: Ed. da UGF; Ed. da UFF, 1994, 253 p.

\_\_\_\_\_. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 241 p.